

Rodrigo Patto Sá Motta

Bolsista de Produtividade em Pesquisa 2.
Pós-Doutor pela University of Maryland, Estados Unidos.
Professor Adjunto da Universidade Federal de Minas Gerais.

Incômoda Memória

Os arquivos das ASI universitárias

No início dos anos 1970, foram criadas Assessorias de Segurança e Informações nas Universidades brasileiras, como resultado do processo de expansão do sistema repressivo do regime militar. Tais agências eram ramificações da comunidade de informações no interior do sistema universitário, para melhor vigiar um setor considerado estratégico. Com o declínio do estado autoritário e o início da transição democrática, o destino dos arquivos das ASI passou a causar preocupações aos gestores do sistema de informações, uma vez que poderiam revelar o que se desejava esconder. Este texto trata das polêmicas relacionadas a esses arquivos, que guardam memória comprometedora para vários dos grupos envolvidos.

Palavras-chave: repressão política, regime militar, ASI



One of the results of the military regime repressive system expansion in the early 1970's was the creation of Assessorias de Segurança e Informações (ASI) in Brazilian universities. Such agencies were branches of the information community inside the university system, and their aim was to establish vigilance over a strategic and sensitive sector. When the military regime started its decline, giving way to the democratic transition, the destiny of ASI archives became a source of preoccupation to the information services, since their records could reveal what should be hidden. This article focuses on the polemics related to ASI archives, which carried embarrassing memories for many of the involved groups.

Keywords: political repression, military regime, ASI

O objetivo do artigo é analisar a trajetória dos arquivos das Assessorias de Segurança e Informações das universidades e os embates e disputas que eclodiram durante esse processo, principalmente na fase de desmonte do aparato repressivo, quando o destino a ser dado a tais acervos entrou

em pauta. Desde o surgimento das primeiras organizações estatais, em tempos remotos, a formação de arquivos e, portanto, a guarda de documentos e informações foi objeto da atenção dos detentores do poder. Controlar a memória coletiva sempre foi um mecanismo de exercício de poder, de garantir e conferir le-

gítimidade aos governantes e aos sistemas de organização política em vigor nas diferentes sociedades.¹ Por essa razão, a gestão dos arquivos invariavelmente traz implicações políticas. No caso em foco, a importância do elemento político se faz ainda mais marcante, em vista da natureza dos arquivos das Assessorias de Segurança e Informações (ASI), que contêm informações sobre os mecanismos de vigilância e repressão nas universidades durante o regime militar. Porém, antes de entrar no assunto principal, é necessário dar ao leitor algumas informações sobre a origem e o funcionamento dessas agências, para melhor compreensão das razões para tantas disputas em torno dos arquivos.

As ASI² eram parte do sistema de informações do regime militar, que começou a ser organizado em junho de 1964 com a criação do SNI (Serviço Nacional de Informações). Em 1967, esse aparato foi expandido com a criação de Divisões de Segurança e Informações (DSI) nos ministérios civis. Nos anos seguintes, com o recrudescimento das ações de contestação ao Estado autoritário, que se combinaram ao desejo de setores da direita radical em aprofundar os mecanismos de controle sobre a sociedade, o sistema de repressão foi se tornando ainda mais complexo e capilarizado. Após a aprovação do Plano Nacional de Informações e o estabelecimento do Sistema Nacional de Informações, em 1970, esses servi-

ços sofreram nova reformulação e ampliação. As agências instaladas nos órgãos da administração civil deveriam compor os Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Civis. A partir daí, foi estimulada a criação de subdivisões das DSI, a serem estabelecidas em instituições subordinadas ao controle dos ministérios, normalmente empresas públicas, autarquias ou fundações. Essas agências foram denominadas Assessorias de Segurança e Informações (ASI), ou Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI).³

No âmbito das universidades, as ASI foram criadas a partir de janeiro de 1971, após o Ministério da Educação e Cultura ter aprovado seu Plano Setorial de Informações.⁴ No organograma do Sistema de Informações do Ministério da Educação, figuravam ainda Assessorias Regionais de Segurança e Informações, com a sigla ARSI. De acordo com seu regimento interno, o papel principal das Assessorias Regionais seria coordenar as atividades das AESI em sua respectiva região, servindo de elo entre essas e a DSI/MEC⁵. Havia, inicialmente, cinco ARSI, e sua divisão correspondia, aproximadamente, às regiões brasileiras: ARSI/NE, ARSI/DF/MG/GO, ARSI/GB, ARSI/SP E ARSI/RS. Posteriormente, as ARSI foram substituídas por agências vinculadas às Delegacias Regionais do MEC, com sigla ASI/DEMEC.

Assim, entre 1971 e 1972, as universidades públicas – e não somente as fede-

rais, haja vista a existência de órgãos congêneres em algumas universidades estaduais – criaram suas ASI ou AESI, e, com isso, o sistema de informações do regime militar passou a contar com subsidiárias no interior dos *campi* universitários. A criação desses órgãos deve ser compreendida no contexto de escalada repressiva a partir de 1968 e da edição do AI-5, processo intensificado com o aumento das ações da esquerda armada.⁶ O sistema de informações identificava, na comunidade universitária, e com razão, um dos focos mais importantes de luta contra o regime militar. Parcela expressiva dos militantes das organizações revolucionárias clandestinas era recrutada nas universidades, bem como atuava nos meios acadêmicos a maioria dos intelectuais responsáveis por municiar de argumentos os críticos do regime militar.

Dado o contexto e os objetivos do sistema de informações, devemos desconfiar dos documentos que orientaram a criação das ASI universitárias. Eles apresentam as Assessorias como órgãos subordinados aos reitores e encarregados de assessorá-los em assuntos relativos à Segurança Nacional e Informações no âmbito da universidade. No entanto, muitas vezes as Assessorias serviram de canal para o exercício de pressão e controle sobre as reitorias, ações provenientes da cúpula do Estado e dos serviços de informação. Importava menos o assessoramento aos reitores e mais o fornecimento de in-

formações para alimentar o sistema de segurança e repressão.

As ASI universitárias atuaram, principalmente: na filtragem das contratações de pessoal, barrando a entrada de docentes considerados de esquerda; no controle de manifestações e ações políticas planejadas pelas lideranças estudantis, desde passeatas a shows e solenidades de formatura; na aplicação mais intensa das punições previstas na legislação autoritária, como o decreto 477,⁷ no controle da circulação internacional dos docentes; e na disseminação de material de propaganda e contra-informação produzido pelas agências do governo. O trabalho desses agentes, que vigiavam com a mesma intensidade subversivos políticos e indivíduos moralmente “desviantes” (usuários de drogas, adeptos de práticas sexuais não convencionais), revela a influência exercida por valores da cultura conservadora sobre os integrantes das comunidades de informação e segurança. Vale destacar que eles apresentavam disposição anticomunista típica das forças de segurança e repressão brasileiras, mantendo-se vigilantes mesmo num quadro de evidente declínio dos partidos comunistas. A atuação das ASI revela verdadeira obsessão em impedir a infiltração comunista e soviética nas universidades, dedicando-se, por exemplo, a monitorar o ensino de russo nas instituições brasileiras e a vigiar os estudantes retornados da URSS com diplomas obtidos naquele país.

Essas agências não protagonizaram ações espetaculares, tampouco tinham poder incontestado, uma vez que alguns reitores nem sempre obedeciam a suas recomendações. Mas, em sua ação cotidiana, miúda, elas ajudaram a retirar da vida acadêmica um de seus elementos mais preciosos, a liberdade. Durante sua existência, elas contribuíram para criar nas universidades ambiente de medo e insegurança, que certamente atrapalhou a produção e reprodução do conhecimento, sobretudo nas áreas do saber mais visadas, para não falar no empobrecimento do debate político.

Pois bem, no decorrer da sua atuação – que teve duração entre 10 e 15 anos, dependendo do caso – as ASI produziram volumosos arquivos, reunindo tanto documentos por elas gerados quanto papéis recebidos de outras agências, em sua maioria órgãos integrantes da “comunidade de informações”. Em alguns casos, os arquivos contêm documentos anteriores à existência das Assessorias, pois certos reitores guardaram com cautela documentos sigilosos recebidos nos anos iniciais do governo militar, tendo enviado esses documentos, posteriormente, ao respectivo arquivo ASI.

Tanto cuidado não se devia, naturalmente, à preocupação em guardar fontes para uso futuro de historiadores, tampouco em preservar a memória nacional. Como é o caso em qualquer arquivo, a boa organização e os cuidados encontram justificativa nas necessidades da entidade a que

serve. A eficiência do serviço de vigilância e repressão aos inimigos do regime na comunidade universitária demandava a recuperação ágil de informações. No caso de órgãos de informação e segurança, evidentemente, o zelo na guarda dos documentos devia-se também ao cuidado de preservar o sigilo de suas ações. Por isso, o governo militar editou norma regulando o uso e a circulação de documentos sigilosos, estabelecida em decreto federal de 1967, cujo artigo 2º ameaçava os infratores com punições de natureza penal e administrativa.⁸

Desde 1968, a Divisão de Segurança e Informações do MEC vinha pressionando os reitores a preservarem com cuidado os documentos sigilosos. A medida era justificada pelo temor de que tais informações chegassem às mãos de inimigos do regime. Segundo o diretor da DSI, em ofício enviado às universidades no mesmo ano, os órgãos de segurança haviam prendido um comunista infiltrado no MEC que se aposara de documentos sigilosos. Essa história de suposto vazamento de informações foi usada para pressionar os reitores a colaborarem na manutenção do segredo e a levarem a sério o decreto sobre a gestão de documentos sigilosos. Naturalmente, a existência de sanções penais previstas no decreto era elemento importante para tornar tais pressões mais convincentes.⁹

O cuidado da comunidade de informações em manter seus segredos fora do alcan-

ce público começou a enfrentar desafios sérios no quadro da abertura democrática em fins da década de 1970, ao mesmo tempo em que sua própria existência começou a ser posta em risco. A insatisfação social começou a ganhar os espaços públicos com o retorno das greves e de manifestações públicas dos estudantes, ao passo que os movimentos sociais entraram em fase de reorganização. O início da distensão política foi decisão interna do núcleo governamental, mas as forças de oposição aproveitaram-se dos espaços abertos pelo projeto de auto-reforma do regime militar, e pressionaram para obter concessões não previstas pelos arquitetos políticos do Estado. O fim do AI-5, em janeiro de 1979, e a Lei da Anistia, em agosto de 1979, deram novo ânimo às forças de oposição e aos grupos de esquerda. Nas universidades, desde 1977, as lideranças estudantis vinham recobrando o entusiasmo participativo e, em 1979, realizaram um congresso para reorganizar a UNE. Os professores, por sua vez, estabeleceram uma rede de associações docentes disseminada pelo país, que daria origem, em 1981, ao seu sindicato nacional (ANDES).

Em meio a esse quadro, começaram a circular denúncias e críticas contra a existência das ASI universitárias, consideradas uma excrescência em vista das tendências democratizantes então em curso. No primeiro momento, tratava-se de denunciar a existência de tais órgãos, ignorada até por membros da comunidade universitária. As ASI não eram propri-

amente secretas, pois seu funcionamento estava previsto na legislação federal e, em muitos casos, elas estavam instaladas na própria reitoria das universidades. Por outro lado, o estilo agressivo de alguns de seus titulares e a interferência na vida acadêmica de professores e estudantes geravam boatos que circulavam entre os grupos atingidos. Mas a natureza repressiva de suas atividades estimulava atuação discreta e reservada, típica, aliás, de qualquer órgão de informação, de modo que, fora dos ambientes universitários, poucas pessoas sabiam da sua existência.

Por isso, os órgãos da "comunidade" ficaram preocupados quando começaram a circular, em espaços públicos, informações sobre o trabalho das ASI universitárias, que eles logo classificaram como ameaçadoras ao bom desempenho de suas funções. Desde 1975, apareceram as primeiras denúncias sobre a existência de critérios ideológicos na contratação de professores, apresentadas em eventos da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), mas tais rumores restringiram-se ao espaço dos eventos científicos e aos círculos acadêmicos. Em 1977, a imprensa paulista publicou pequenas notas e cartas de professores, que denunciavam a existência de tais práticas na USP, e por isso o reitor daquela universidade foi chamado a depor em Comissão de Investigações da Assembleia Legislativa de São Paulo. Em seu depoimento, o reitor tentou esconder e tergiversar sobre os testemunhos

existentes, beneficiado pela inexistência de provas concretas. Nesse momento, não se sabia muito sobre a atuação das Assessorias, sequer seu nome correto.¹⁰ No ano de 1978, publicaram-se textos jornalísticos mais consistentes sobre a existência dos serviços de segurança universitários. O de maior repercussão foi escrito pelo experiente jornalista Villas Boas Corrêa, publicado pela revista *Isto É* em julho de 1978. Corrêa discorreu sobre a atuação das ASI em tom bastante ácido, criticando os exageros e incompetência na perseguição aos “subversivos”, pessoas que muitas vezes tinham sido absolvidas em processos judiciais. O texto expunha ao público brasileiro relato resumido sobre o trabalho das agências e as nomeava corretamente: ASI. Comentando esse texto jornalístico, e outros de menor repercussão que apareceram à mesma época na imprensa gaúcha, a ASI da Universidade Federal de Santa Maria chegou à conclusão de que estava em andamento “campanha nacional contra as Assessorias de Segurança das Universidades”. Em informação disseminada para outros órgãos de segurança, a ASI/UFSM, em tom de advertência, previa que tal investida era apenas a ponta de lança de ataque contra todo o Sistema Nacional de Informações, tanto mais perigoso por começar pelas universidades, locais onde se reuniam massas de jovens intelectualizados.¹¹ Segundo a agência de informações da universidade gaúcha, havia outra razão para preocupações: no contexto da aber-

tura, alguns reitores estavam começando a fraquejar em seu apoio às Assessorias de Segurança, com medo de atrair a atenção da imprensa e, conseqüentemente, má publicidade.

No ano seguinte, 1979, os responsáveis das ASI encontraram motivos mais sérios para preocupação, pois se tornaram alvo dos setores organizados da comunidade universitária, em meio à campanha pela redemocratização das instituições de ensino superior e por reparações aos perseguidos políticos. É difícil dizer qual grupo começou primeiro a reivindicar a extinção das ASI, o movimento docente ou o estudantil, pois manifestações de ambos apareceram quase simultaneamente. Durante o I Encontro Nacional de Associações Docentes, realizado em fevereiro de 1979 na cidade de São Paulo, entre os pontos aprovados para a pauta de lutas destacavam-se a democratização e o fim do “controle ideológico” nas universidades, mais precisamente a extinção das Assessorias de Segurança.¹² A proposta de extinguir as ASI foi reafirmada nos encontros seguintes dos professores universitários e apresentada diretamente aos reitores por algumas associações docentes. Um exemplo: em junho do mesmo ano, a associação dos docentes da Universidade Federal da Paraíba realizou debate sobre o “Controle Ideológico da Universidade”, em que foram denunciados vários casos de demissão, contratações vetadas e viagens ao exte-

rior proibidas pelas Assessorias de Segurança. Ao final da sessão, foi aprovada moção dirigida ao reitor, em que se pede resposta oficial à solicitação de desativação da ASI, bem como esclarecimentos sobre os casos de professores, cujas carreiras foram prejudicadas devido à perseguição ideológica. O agente de informações que fez relato dos acontecimentos na UFPB manifestou consternação com o “desassombro” e a agressividade dos jovens docentes em seu questionamento ao reitor, e registrou, em tom de lamento, que a administração central da universidade se sentia temerosa em demitir os líderes.¹³

No que toca ao movimento estudantil, houve episódios de mobilização contra as ASI em algumas instituições, principalmente na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).¹⁴ Os dois casos tiveram repercussão em jornais estaduais, que divulgaram ao público a existência das ASI nas universidades. Em São Luís, as polêmicas entre os estudantes e o chefe da ASI/UFMA (Gualter Lopes) começaram em abril de 1979, no contexto de acirrada eleição para o DCE. O chefe da ASI engajou-se na campanha para tentar derrotar a chapa “Unidade”, considerada subversiva, e tentou favorecer um grupo concorrente. Uma de suas manobras foi disseminar a informação de que a chapa “Unidade” tinha apoio da ASI, na tentativa de comprometê-la aos olhos dos estudantes (uma curiosa e realista admissão da pró-

pria impopularidade). Além disso, Lopes escreveu artigos na imprensa (*O Estado do Maranhão*) denunciando manipulações de caráter totalitário praticadas pela esquerda estudantil nos encontros para reorganizar a UNE. Furiosos, os estudantes revidaram com panfletos agressivos, e o caso foi parar nos jornais e na Assembleia Legislativa. Entre outras coisas, Gualter Lopes foi chamado de “Göering dos dias atuais”.¹⁵

O outro caso, ocorrido na UFRN, repercutiu por mais tempo e atraiu maior atenção do pessoal da comunidade de informações. Desde janeiro de 1979, mas com mais intensidade a partir de agosto do mesmo ano, o jornal *Tribuna do Norte* publicou várias notas e reportagens denunciando a ação da ASI/UFRN e de seu titular, Adriel Cardoso. O jornal potiguar entrevistou estudantes e professores que relataram, entre outras coisas: tentativas de proibir exibição de filmes, interferência na escolha dos dirigentes do DCE e coação ostensiva a líderes estudantis. O jornal acusou o chefe da ASI/UFRN de implantar clima de terror na universidade. A repercussão desse caso atraiu a atenção dos órgãos de inteligência mais importantes, como o Centro de Informações do Exército (CIE) e o SNI, mas também de pequenas agências, como a ASI da Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte (ASI/COSERN). Além da tradicional conspiração esquerdista, desta feita apontou-se também a presen-

ça de outro inimigo, a corrupção. Para a 2ª Seção da 7ª Brigada de Infantaria Motorizada do IV Exército, em informe disseminado a 26/11/1979, as tentativas de desmontar a ASI/UFRN tinham respaldo do reitor, que desejava remover “difícil obstáculo às veladas manobras efetuadas na UFRN, com o objetivo de favorecimentos ou benefícios ilegais nos provimentos de cargos”.¹⁶ Em sua análise do caso, a ASI/COSERN aproveitou para manifestar insatisfação com a abertura democrática, que seria responsável pelo crescimento da campanha contra as Assessorias de Segurança das Universidades. E seu informe termina em tom preocupado e patético: “Em segunda fase, os tentáculos do revanchismo e da contestação atingirão as demais Assessorias. A quem apelar?”¹⁷ Com mais sobriedade, o CIE fez prognóstico grave, caso as mobilizações de estudantes e professores fossem vitoriosas:

No momento em que os claros existentes nos seus efetivos constituem, de um modo geral, o principal problema do Sistema de Informações, a desativação de um órgão de importância, como a ASI/UFRN, seria um duro golpe de consequências incalculáveis para o controle que até então vem se exercendo, num setor vital para tranquilidade da área.¹⁸

Foi em meio a esse contexto – em que se viam setores da imprensa expondo a atuação das ASI universitárias, estudantes e professores mobilizando-se por sua

extinção e reitores começando a demonstrar reticência em apoiar o sistema de informações – que se decidiu desmontar o aparato das Assessorias de Segurança nas universidades. É possível que tal medida estivesse inscrita na lógica do processo de abertura, como um gesto a comprovar a disposição do governo em reduzir os instrumentos repressivos. Uma das matérias publicadas na *Tribuna do Norte*, em 11/10/1979, sobre as polêmicas envolvendo a ASI/UFRN, atribui ao Ministro da Educação Eduardo Portela a informação de que o governo, há algum tempo, havia se decidido a fechar as ASI universitárias. Mesmo que essa versão fosse procedente, as pressões dos setores organizados da comunidade universitária, e sua repercussão pública, já haviam influenciado as medidas de desmonte das ASI, ajudando a convencer os setores duros do governo, entre eles a comunidade de informações. Afinal, agências tão ciosas do sigilo e preocupadas em evitar vazamento de informações devem ter percebido o risco de manter as ASI – com seus arquivos repletos de documentos produzidos por vários integrantes da “comunidade” – dentro de espaços universitários cada vez mais hostis e mobilizados contra o regime militar.

Apesar de não estarem totalmente esclarecidas ainda as motivações originais, fato é que, no ano de 1979, começou o processo, lento e descontínuo, de fechamento das ASI universitárias. Foi decerto uma vitória das forças de oposição, mas incompleta. Os órgãos de re-

pressão começaram a se retirar dos *campi*, mas isso não significou o fim da vigilância. As Delegacias Regionais do MEC (DEMEC) deveriam continuar o trabalho, com a transferência de pessoal, equipamento e arquivos. Muitas DEMEC já possuíam suas ASI, criadas à base das antigas ARSI, como no Rio Grande do Sul; mas, em alguns lugares, elas foram criadas com a transferência da respectiva ASI universitária, e esse parece ter sido o caso no Ceará e no Paraná.¹⁹ Não encontrei documento esclarecendo essa reestruturação da Comunidade Setorial de Informações do MEC, mas exemplos isolados de várias universidades permitem concluir que, a partir de 1979, os reitores foram instados a retirar as ASI dos *campi*, sobretudo nos lugares considerados mais delicados. Evidências reveladoras aparecem em dois ofícios enviados pelo diretor da DSI/MEC ao reitor da UFPR, respectivamente em 31 de janeiro de 1980 e 04 de fevereiro de 1980. No primeiro, após agradecer a reiterada camaradagem e cooperação do reitor, o diretor da DSI/MEC solicita a cessão de equipamentos para instalação da ASI/DR-9. O segundo ofício informou ao reitor que, por determinações superiores, a ASI/UFPR foi

desativada a partir de janeiro de 1980. Mas aduziu: “O ato não implica na extinção do órgão”. Como interpretar essa informação paradoxal: órgão desativado, mas não extinto? Talvez essa fala revele alguma discordância em relação às determinações superiores, e o desejo de que as coisas voltassem ao estado anterior, ou, simplesmente, seja indício de que o trabalho de informações continuaria como antes, embora no âmbito da delegacia do MEC. De qualquer modo, o diretor da DSI solicitou a



Professores da UFBA na inauguração da nova sede da Associação dos Professores Universitários da Bahia. Salvador, 1986. Acervo SNI.

transferência dos arquivos da ASI/UFPR para a DEMEC, numa demonstração de que, a partir daí, as atividades deveriam ser realizadas, de fato, fora da Universidade.²⁰

A documentação disponível revela que, também em outras universidades, as ASI foram extintas em 1979-80, como na Universidade Federal da Bahia e na Universidade Federal do Amazonas. No entanto, em outras instituições, as ASI continuaram funcionando na própria universidade, como é o caso da Universidade Federal do Espírito Santo, teoricamente transferida para a DEMEC regional apenas em 1983 (mais sobre isso adiante). As muito ativas Agências de Segurança da Universidade Estadual de Londrina e da Universidade Federal de Santa Maria também continuavam em funcionamento nos primeiros anos da década de 1980, e há registros de que a ASI/UFAM funcionou até 1985, e a ASI/UFMA foi extinta somente em 1988.

Por que a DSI do Ministério da Educação parece não ter conseguido, ou tentado, a transferência de todas as ASI universitárias para as Delegacias Regionais do MEC? Uma das respostas é que o destino dessas agências dependeu muito da atitude dos reitores. Os mais afinados com os novos tempos trataram de livrar-se da incômoda assessoria, seja por temerem a má repercussão, seja por buscarem o apoio dos setores próximos à esquerda e ao movimento social; na outra ponta,

dirigentes próximos à direita acharam conveniente manter as ASI como estavam, para vigiar os inimigos. Na definição de cada caso, é possível supor, devem ter entrado variáveis como: a força da militância da esquerda no local, o prestígio do reitor e de seu assessor de informações junto aos altos escalões e o grau de segurança das instalações. Em alguns lugares, a reestruturação gerou situações de ambígua indefinição entre a antiga e a nova ASI, pois chefes e funcionários eram os mesmos, assim como as instalações. Significativamente, problemas com vazamento de informações e choques com o movimento estudantil, que tanta ansiedade trouxeram à “comunidade” nos anos seguintes, ocorreram, como se verá, em locais onde a desativação da antiga assessoria universitária produziu situações ambíguas, como na UFBA, na UFC e na UFES.

Em que pese o caráter ambivalente do processo de “extinção” das ASI - pois, além de não ter sido aplicada a mesma política em todas as instituições, em muitos casos, as agências repressivas mudaram apenas de endereço, às vezes nem isso -, análise mais atenta demonstra que, em meio à abertura democrática, ficou mais difícil para os órgãos de informação atuarem nos *campi*, pelo menos ostensivamente. Certamente, eles continuaram seu trabalho, mas precisaram disfarçar-se e afastar-se do espaço físico das universidades, pois tinham que enfrentar agora líderes de esquerda mais

ousados, assim como alguns reitores menos dispostos a cooperar. Exemplo interessante da última situação ocorreu na Pará, em 1983. A ASI/DEMEC/PA enviou ao reitor da Universidade Federal do Pará (UFPA) informe sobre um professor e um funcionário da instituição que estavam sendo julgados por infração à Lei de Segurança Nacional, acusados de militar na organização “Alicerce da Juventude Socialista”. Outras pessoas arroladas no mesmo processo, informava a ASI, tinham sido demitidas pelos respectivos empregadores. O reitor da UFPA respondeu que julgava o informe impertinente e desrespeitoso e, em conversa pessoal com o chefe da ASI/MEC/PA, disse que só aceitaria demitir os servidores caso fossem condenados.²¹

Dentro ou fora das universidades, as ASI continuaram funcionando – e, em certos lugares, era difícil saber se elas eram ligadas à reitoria ou à delegacia do MEC – mas sua força e capacidade de coação já não eram as mesmas de outros tempos. Em meio a esse processo de desagregação, ficou mais difícil zelar por algo precioso na lógica de funcionamento da “comunidade”: o sigilo dos documentos. As primeiras denúncias publicadas na imprensa sobre as ASI baseavam-se apenas em relatos e testemunhos, o que, de certa maneira, reduziu seu impacto. Porém, a partir de 1980, a situação ficou mais séria, pois começaram a “vazar” documentos internos das ASI universitárias, gerando prejuízos piores para a “comunidade”.

O primeiro caso de vazamento de documentos sigilosos parece ter acontecido em junho de 1980, quando a revista *Veja* publicou cópia fac-símile da ficha modelo usada pelos órgãos de informação para triagem ideológica de candidatos ao serviço público: a ficha de Levantamento de Dados Biográficos (LDB). Na reprodução da ficha, um modelo em branco, *Veja* deu destaque à parte em que se devia registrar a posição ideológica dos candidatos ao emprego (democrata, comunista, esquerdista, sem posição definida) e a atitude em relação à “Revolução de 31 de março” (integrado, adesista, contrarrevolucionário, sem posição definida). Naturalmente, a publicação de documento sigiloso em periódico de ampla circulação nacional, que constituía prova da existência de controle ideológico na contratação dos professores, significava problema sério para as agências de informação. Como a própria matéria atribuiu a origem da ficha à Universidade Federal da Bahia, apenas dois dias após a publicação da revista, a agência de Salvador do SNI (ASV) produziu informação sobre o caso.²² Segundo a análise da ASV/SNI, o vazamento só poderia ter como fonte a ASI/UFBA, responsável pela guarda e manuseio das fichas sigilosas. Aumentava as suspeitas o fato de a agência estar em estado precário de organização desde 1979, quando seu chefe se demitiu, e ela deveria ter sido desativada e transferida para a Delegacia Regional do MEC. Ocorreu, no entanto, que tanto o reitor quanto a DSI/MEC continuaram

a usar a estrutura e os funcionários da antiga ASI/UFBA, mesmo sem chefia qualificada e em prédio considerado inseguro pelas agências de informação da área.²³

Apesar da repercussão nacional do primeiro caso de vazamento, e em que pese a advertência do SNI de Salvador, nada parece ter sido feito para mudar o quadro, e o problema ocorreu de novo em fevereiro de 1981. Um grupo de ativistas

estudantis (União Livre dos Residentes e Comensais – ULRC) obteve cópia de documento enviado à ASI/UFBA, cuja origem era a própria agência do SNI na capital baiana. O documento, que gerou matéria publicada em 12/02/1981 no jornal *Tribuna da Bahia*, analisava as atividades da tal ULRC, cujos membros, responsáveis por invasão e ocupação de dependências da universidade, foram devidamente identificados pelo SNI.²⁴ Na avaliação da ASV/SNI, a posse do documento confi-

dencial dava aos militantes da ULRC, que lutavam por moradia e melhores condições de alimentação, importante trunfo em sua campanha.

Outros casos de vazamento de documentos sigilosos das ASI universitárias ocorreram nos meses seguintes, como na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), em julho de 1981, e na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em agosto de 1982. Não é necessário entrar em detalhes, mas vale a pena mencionar as atitudes contrastantes dos respectivos reitores. No primeiro caso, na UFRPE, o reitor contribuiu para a pu-



Estudantes da Universidade Federal do Ceará com as pastas do arquivo da ASI da Universidade, Fortaleza, 1986. Acervo SNI.

blicidade do documento, ao dar conhecimento dele ao Conselho Universitário e permitir que representantes estudantis fizessem cópias; ²⁵ já na UFSM, bem ao contrário, o reitor ajudou a comunidade de informações a reduzir o impacto do vazamento.²⁶

Nos anos finais do regime militar, poucas universidades ainda possuíam agências de segurança e, mesmo assim, algumas das formalmente existentes apenas vegetavam, pouco trabalho efetivo produzindo para o Sistema de Informações. Com o retorno dos civis ao poder, em 1985, gerou-se a expectativa de redução ainda mais expressiva, ou mesmo a extinção dos serviços de informações, mas não foi bem isso que ocorreu. Graças à natureza conciliadora da transição política brasileira, os grupos encastelados na “comunidade” esperavam manter tudo como estava, continuando nos velhos empregos e funções. Mas surgiram indícios de que eles desejavam mais do que apenas manter o *status quo*. Em julho de 1986, circulou nos meios universitários informação que viria a detonar novo ciclo de polêmicas contra as ASI. Atribuiu-se ao reitor da UFRJ, Horácio Macedo, a notícia de que o SNI e a DSI/MEC planejavam reorganizar as ASI anteriormente desativadas. Como o governo da “Nova República” contava com apoio de parte da esquerda, o boato gerou críticas e mal-estar, levando o ministro da Educação a manifestar-se com rapidez, talvez para evitar surgimento de crise mais sé-

ria. No início de agosto de 1986, o MEC editou portaria (nº 576, em 05/08/1986) extinguindo as ASI ainda existentes nas universidades brasileiras, à época estimadas em seis, por um jornal que noticiou os acontecimentos.²⁷

Como era inevitável, lideranças estudantis ficaram sabendo da novidade e, na Universidade Federal do Ceará, a direção do DCE decidiu-se por um ato ousado: invadir a sede da ASI. Sua motivação parece ter sido apoderar-se dos documentos antes que os responsáveis os retirassem da universidade, uma vez extinto o órgão. Adversários ao movimento estudantil acusariam a tendência dominante no DCE/UFC e na UNE de querer usar o caso para ganhar publicidade. Curiosamente, os estudantes pensavam estar invadindo a ASI/UFC, porém, ela tinha sido extinta anos antes, e substituída pela ASI/DEMEC/CE. A ação dos estudantes foi decidida a partir de entendimento equivocado da situação, pois imaginaram estar investindo contra órgão recém-extinto pelo governo, quando, na verdade, a portaria do MEC extinguiu as poucas ASI remanescentes dentro das universidades, e não as assessorias de segurança ligadas às delegacias regionais. O erro do DCE, porém, é compreensível, pois, na Universidade Federal do Ceará, ocorreu uma das situações de ambiguidade na reformulação das ASI. A Assessoria deixou formalmente de ser ligada à UFC, mas, na prática, continuou tudo na mesma, pois a ASI/DEMEC funci-

onava na própria reitoria da universidade, e com os mesmos funcionários da ASI anterior, inclusive o chefe, um general da reserva do Exército.

Os inúmeros informes e relatórios produzidos pelos órgãos de informação sobre o episódio de Fortaleza permitem traçar relato vívido dos acontecimentos e de seus desdobramentos. Desde o início de agosto, com a repercussão da portaria do MEC, o chefe da ASI/DEMEC/CE, general R-1 Rui Alencar Nogueira, temia uma possível ação dos estudantes e transmitiu tal preocupação a seus superiores. Em decorrência, tanto a DSI/MEC quanto a agência do SNI em Fortaleza (AFZ) enviaram agentes ao local para avaliar os riscos. Por precaução, os documentos provenientes do SNI foram retirados do arquivo e a própria ASI incinerou alguns expedientes que tratavam de assuntos considerados mais sensíveis. Sugeriu-se transferir a agência para outro local, sobretudo os arquivos, pois o prédio da reitoria da UFC não oferecia condições adequadas de segurança.²⁸ A ASI/DEMEC/CE funcionava nas dependências da universidade, supostamente, por falta de espaço suficiente na Delegacia Regional do MEC.

Mas, antes que a transferência pudesse ser feita, ocorreu a invasão dos estudantes. Eram aproximadamente 12:00 hs do dia 27 de agosto de 1986, quando cerca de 200 estudantes invadiram os escritórios da agência, gritando palavras de ordem como: “Fora daqui, SNI”; “Queremos

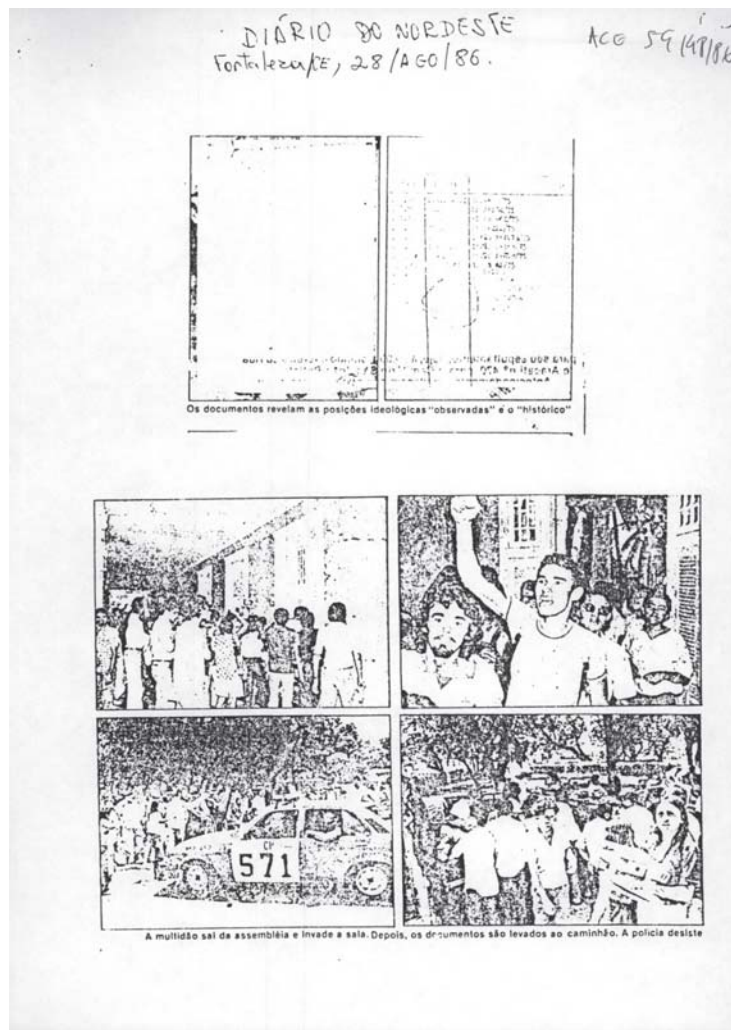
nossa ficha”; “UFC não é prisão, abaixo a repressão”. Assustados, os cinco funcionários da ASI, inclusive seu chefe, trancaram-se em um dos gabinetes do prédio, comportamento que seria depois criticado em documentos da “comunidade”. Aproximadamente trezentos quilos de documentos foram recolhidos em uma caminhonete alugada pelo DCE, enquanto um grupo de policiais militares tentava deter a invasão, sem sucesso, ante a massa de estudantes presente. O acontecimento teve grande repercussão na imprensa cearense, ocupando lugar de destaque no noticiário da televisão. Dezenas de reportagens foram publicadas, com inúmeras fotos mostrando os estudantes no ato de apossamento dos arquivos; em destaque, nas matérias jornalísticas, aparecem registros fotográficos dos documentos siligiosos produzidos pelos órgãos de informação (vide imagens). Os jornalistas cearenses, em seus textos, comentaram o teor do material presente no arquivo, que oferecia provas das demissões, punições a estudantes e a costumeira vigilância sobre a comunidade universitária. Encontrou-se até uma ficha do então governador do Ceará, Gonzaga Mota.

O ato audacioso dos estudantes cerarenses constituía séria afronta aos órgãos de segurança e informações, ainda mais porque a ASI invadida não fora extinta pelo governo, como havia pensado o DCE. Um, dentre os vários documentos de análise produzidos sobre o episódio, é particularmente interessante, pois

revela a preocupação da “comunidade” com as possíveis repercussões do caso e demanda rigor nas punições:

A impunidade que tem beneficiado os autores de atos dessa natureza, certamente, serve de estímulo a novas ações, em outros Órgãos de Informações, colocando em risco a segurança da documentação e do próprio pessoal e expondo ao ridículo os organismos envolvidos.²⁹

Para tentar reduzir os prejuízos no vazamento dos documentos, e também mostrar que atos semelhantes não ficariam sem resposta, os órgãos de repressão trataram de reaver o arquivo. Dois dias após a invasão comandada pelos estudantes, uma equipe da Polícia Federal ocupou a sede do DCE e recuperou parte do acervo, tendo prendido na ação três líderes estudantis.³⁰ De acordo com avaliação dos funcionários da ASI, cerca de 90% dos documentos foi recuperada.



Invasão de estudantes na sala da ASI da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 1986. Acervo SNI.

No entanto, o material que sobrou em poder dos estudantes foi suficiente para dar continuidade ao processo de denúncia dos órgãos de informação, agora em escala nacional. Os documentos restantes foram enviados à diretoria da UNE, que os divulgou em vários eventos nacionais, e os utilizou como base para confeccionar um livro-denúncia (*A UNE contra o SNI*), lançado em ato realizado na Associação Brasileira de Imprensa em maio de 1987. Na publicação, que reproduz alguns dos documentos obtidos no Ceará, a UNE denunciou o governo democrático por manter em funcionamento órgãos de informação herdados da ditadura e cobrou a extinção de todos eles, inclusive o SNI.³¹

O evento em Fortaleza poderia inspirar ações semelhantes em outros lugares, e, por isso, a “comunidade” tratou de tomar precauções. Na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), por exemplo, foi detectada situação potencialmente perigosa. Como no Ceará, a ASI/UFES havia sido extinta para criação da ASI/DEMEC/ES, nesse caso em 1983. No entanto, tal mudança era em muitos sentidos apenas nominal, pois os funcionários eram os mesmos e o órgão ocupava instalações pertencentes à UFES, embora fora do *campus*. A comunidade universitária da UFES já se encontrava mobilizada contra a ASI, pois uma Comissão de Inquérito montada para averiguar a prisão de alguns estudantes havia revelado que continuava a atuar a Agência de Segurança,

quando muitos pensavam ter sido ela extinta anteriormente.³² O assunto também interessou à imprensa e o jornal capixaba *A Gazeta* produziu (julho de 1986) algumas reportagens expondo a existência da ASI, em que mostrou a ambiguidade do funcionamento dessa agência, ligada simultaneamente à UFES e à DEMEC. O evento na UFC, ocorrido logo após, insuflou ainda mais os ânimos e um órgão de informação da área alertou que líderes de esquerda da UFES pensavam invadir a sede da ASI local, talvez para aproveitar o evento como trunfo na campanha eleitoral para a Assembleia Constituinte.³³

Dado o preocupante quadro, uma das agências de informações do governo enviou representante ao local para averiguações.³⁴ Ele esteve com o chefe da ASI/DEMEC/ES, um professor da disciplina Moral e Cívica da UFES que estava há 14 anos à frente da Agência de Segurança. Depois da crise, a reitoria pedira a devolução do prédio e retirara os funcionários cedidos à ASI, de modo que, no momento, parecia difícil continuar as atividades de informação. Por essa razão, o dedicado ex-chefe da ASI propunha-se a continuar exercendo o trabalho em sua casa, e, para isso, desejava o apoio dos órgãos da comunidade (leia-se, do SNI). Em vista da atitude da UFES de cessar a colaboração com a ASI, o professor de Moral e Cívica e agente de informações, precavido, recolheu e estava em posse de

parte do arquivo da Agência. O resto do acervo, que compunha a parte mais volumosa, foi incinerado.

E foi exatamente este o destino presumido de alguns arquivos dos órgãos de segurança e informações: o fogo. No contexto da redemocratização, ante o temor de que informações sigilosas e comprometedoras caíssem nas mãos de inimigos, como em Fortaleza, alguns responsáveis optaram pela queima de arquivos, literalmente. Há bastante tempo, circulam informações sobre incineração de arquivos dos órgãos de repressão, como teria ocorrido com os DOPS gaúcho e mineiro, por exemplo.³⁵ Mas pairam dúvidas sobre tais versões, que poderiam ter como propósito encobrir o real paradeiro dos documentos. A atitude reticente nesses casos é bem justificada, tendo em vista a importância dos acervos, uma tentadora fonte de poder. Para além do trabalho de repressão política, eles podem servir à coação e à chantagem. Seriam, portanto, valiosos demais para destruição. Além disso, o Regulamento para a Salvaguarda de Assuntos Sigilosos (RSAS) previa todo um ritual burocrático para destruição de documentação sigilosa, de modo que, em alguns casos, seria crime destruir os documentos.

Não obstante, a pesquisa localizou no fundo documental do SNI evidências de que, pelo menos em alguns casos, os arquivos ASI foram, de fato, incinerados. Como, na maioria das situações, trata-se de comunicações internas à “comuni-

dade”, sigilosas, não há razão para supor que pretendessem erguer cortina de fumaça para esconder o paradeiro dos acervos. Além do arquivo da UFES, já mencionado, há evidências sobre a destruição dos arquivos das ASI da Universidade de São Paulo, da Universidade Federal do Amazonas³⁶ e da Universidade Estadual de Londrina.³⁷ Nos casos da Universidade Federal do Piauí³⁸ e da UFMA³⁹, agentes da comunidade de informações registraram em informes que estava sendo cogitada a incineração.

Em todos os casos mencionados, aparentemente à exceção da UFES, a decisão de destruir os arquivos foi tomada pelos próprios reitores. Uma evidência clara que os acervos das ASI eram problema delicado não somente para os órgãos de repressão. Como entender tais atos, de certo atentados à memória e à história, e, eventualmente, uma transgressão ao RSAS?⁴⁰ Os arquivos continham (e contêm) memória incômoda para alguns membros da comunidade universitária, e não somente para os que decidiram destruí-los. Muitos reitores e diretores colaboraram francamente com as medidas repressivas do regime militar: demitiram, impediram contratações, bloquearam autorizações para estágios no exterior, puniram estudantes, censuraram manifestações as mais diversas no interior das universidades. Além das autoridades, outros membros da comunidade universitária também colaboraram com a repressão, fazendo denúncias ou oferecen-

A

do informações sobre colegas e estudantes aos órgãos de segurança. No contexto de retorno à democracia, documentos reveladores de tais práticas eram comprometedores para muitas pessoas, tanto para aposentados quanto para ativos. É possível também que, em alguns casos, a decisão de destruir não tenha sido motivada por desejo de autoproteção, mas por engajamento à ideia de anistia como esquecimento coletivo. Em declaração à imprensa, o reitor da UEL assim se expressou sobre a motivação para incinerar o arquivo: “Eu não via a necessidade daqueles documentos e queria queimá-los, porque não pretendia mexer com o que havia passado. Iniciávamos

C

uma nova época, sem perseguições e sem revanchismos”.⁴¹

Para uma melhor compreensão desse quadro, é importante destacar que, nos anos iniciais de luta contra as ASI, os agentes das denúncias e campanhas tendiam a ver os arquivos e documentos essencialmente como prova da repressão. Tratava-se de comprovar as denúncias dos movimentos docente e estudantil, colocando em xeque os desmentidos e justificativas das autoridades, e, para isso, os documentos eram essenciais. Além disso, é claro, desejava-se com tais campanhas anular ou desativar as ASI, e assim garantir a liberdade no interior dos *campi*. Mas não havia a mesma clareza

E



Manifestação de estudantes em frente à Faculdade de Direito da UFMG. Belo Horizonte, 1986. *Acervo Correio da Manhã.*

quanto ao destino a ser dado aos arquivos das ASI, uma vez conquistada sua desativação. Poucos foram os membros da comunidade universitária a defenderem a preservação desses acervos em benefício da memória e do conhecimento. No contexto inicial das lutas pela redemocratização, a preservação da memória para futuros estudos sobre o autoritarismo era tema secundário, e isso é compreensível em função da presença de temas mais urgentes em pauta.

Porém, parte do movimento social adotou um tipo de atitude mais difícil de compreender. Surpreendentemente, houve casos em que as próprias entidades associativas se manifestaram a favor da destruição dos arquivos. Por exemplo, em julho de 1982, o Sindicato dos Professores de Londrina levou uma pauta de reivindicações ao reitor da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Entre as demandas apresentadas, destacava-se o fechamento da AESI/UEL, ainda bastante ativa por aqueles anos. Segundo informe de agentes da própria AESI que monitoraram a reunião, os líderes dos professores solicitaram ainda ao reitor “a queima de todos seus arquivos, a exemplo do que ocorreu com o DOPS do Rio Grande do Sul”.⁴² Como se vê, o reitor não foi o único a desejar a destruição dos documentos.

No episódio da invasão da ASI do Ceará, as lideranças estudantis também falaram em queimar os arquivos. Em entrevista à imprensa, o presidente do DCE/UFC fez comentários sobre o “bai-

xo nível” dos documentos, que tratavam até da vida sexual das pessoas vigiadas, e completou: “Essas informações não interessam a ninguém, por isso devemos queimá-las”. Posteriormente, em reunião convocada para decidir o destino dos documentos, os estudantes resolveram fazer ato público para devolução das fichas às pessoas interessadas (os investigados); o resto do arquivo seria queimado. Mas as opiniões eram contraditórias, pois se falava também em preservar alguns documentos sob poder do DCE.⁴³ De qualquer modo, essas discussões perderam o sentido em vista da ação da Polícia Federal, que recuperou quase todo o arquivo.

Mas, na comunidade universitária, também surgiram falas em defesa da preservação integral dos acervos. O professor Manoel Dias Galvão, da Universidade do Amazonas, dirigiu duras críticas ao reitor responsável pela incineração do arquivo ASI. Galvão lamentou a perda dos documentos, que poderiam esclarecer o funcionamento do sistema de segurança nas universidades, conhecimento útil para o caso de eventual retorno repressivo.⁴⁴ Caso semelhante aconteceu em São Luís no ano de 1989, quando o reitor da UFMA anunciou a descoberta de documentos da extinta ASI. Alguns setores da universidade defenderam a incineração dos documentos, sob alegação de não serem relevantes, apenas bisbilhotices sobre a vida privada das pessoas investigadas. O jornalista Ubiratan Teixeira, em artigos publicados no *O Es-*

tado do Maranhão, criticou em termos ácidos tal proposta, evocando o episódio da suposta queima de documentos oficiais sobre a escravidão no Brasil, que teria ocorrido no início da República. Teixeira advertiu a administração universitária para que não cometesse semelhante crime contra a memória, cuja real motivação seria acobertar os atos repressivos cometidos durante a ditadura e proteger os responsáveis.⁴⁵

A polêmica relacionada aos documentos da ASI/UFMA teve outros desdobramentos e, entre a papelada gerada pelo caso, encontra-se uma correspondência esclarecedora sobre a atitude das autoridades do Ministério da Educação em relação aos arquivos. Em meio às pressões cruzadas e sem saber que destino dar aos documentos da ASI, o reitor da UFMA escreveu à delegacia do MEC no Maranhão, perguntando se ela teria interesse em recebê-los. A resposta foi que havia apenas duas opções: o reitor poderia enviar o arquivo à DSI/MEC, em Brasília, ou incinerá-lo, desde que cumpridas as normas do RSAS.⁴⁶ O destino de parte dos documentos que escaparam à queima deve ter sido, portanto, o arquivo da Divisão de Segurança e Informações do MEC. E a massa documental em poder da DSI/MEC não foi destruída. Segundo informações não confirmadas, quando as DSI foram extintas, em 1990, como resultado do processo de reformulação que transformou o SNI em ABIN, o volumoso arquivo da DSI/MEC foi

recolhido por uma unidade militar não identificada; e na calada da noite...

No contexto da disputa pelo destino dos arquivos ASI, em que ocorreram casos comprovados de destruição (levando-nos a supor outras queimas de arquivo não registradas), temos notícia de apenas duas administrações universitárias que preservaram integralmente os acervos: UFMG e UnB. No segundo semestre de 1986, os respectivos reitores (Cid Veloso e Cristovam Buarque) encaminharam os arquivos aos órgãos das universidades mais adequados para receberem sua guarda, com o compromisso de que seriam utilizados por pesquisadores e por pessoas em busca de reparação judicial.⁴⁷ Até hoje, os arquivos das extintas ASI universitárias melhor preservados são os da UFMG e UnB.

Falta esclarecer por que os arquivos ainda se encontravam nessas instituições, permitindo aos reitores recém-empossados em 1986 a oportunidade de conservá-los e destiná-los a órgãos de memória. Descuido da "comunidade", leniência administrativa ou decisão de alguém, preocupado em salvá-los da destruição ou do desaparecimento? Em despacho anotado à margem de um dos informes produzidos pelo SNI sobre a "abertura" do arquivo AESI/UFMG, um anônimo agente de informações fez registro interessante, demonstrando que a explicação, em parte, está relacionada a disputas internas à comunidade. Ele observou que, em certo momento (prova-

velmente no início dos anos 1980), se determinou o recolhimento dos arquivos das ASI universitárias, mas, devido à reação do então diretor da DSI/MEC, a ordem não foi cumprida a contento, “o que veio resultar em problemas em PE, Maranhão e agora, soube-se, BH/MG”.⁴⁸

Recentemente, o governo federal, através da Casa Civil da Presidência, solicitou aos órgãos da administração federal recolherem ao Arquivo Nacional os acervos documentais produzidos pelas agências de informação e segurança durante o regime militar. Na área do MEC, em que funcionaram aproximadamente 40 ASI universitárias, sem falar nas agências vinculadas às delegacias regionais e a outros departamentos do ministério, até o momento poucos acervos foram localizados. Aparentemente, a queima de arquivos ou seu envio para órgãos superiores foram práticas correntes. Levantamento feito pela Coordenação Regional de Brasília do Arquivo Nacional revela que apenas seis universidades declararam possuir acervos; em alguns casos, dado o pequeno volume, parece tratar-se apenas de parte do antigo arquivo.⁴⁹

Os cuidados tomados pela “comunidade” para afastar dos olhos do público os “seus” arquivos, felizmente, não foram totalmente bem sucedidos. Além dos arquivos preservados em algumas universidades, centenas de documentos produzidos pelas ASI estão guardados no fundo do SNI, agora abertos à consulta pú-

blica no Arquivo Nacional, e há também muitos registros nos acervos dos Departamentos de Ordem Política e Social de alguns Estados. É o resultado paradoxal do próprio trabalho das agências de repressão, que disseminavam entre si os documentos por necessidade do serviço. O gigantismo do sistema de informações e repressão montado no Brasil tornou difícil controlar tudo, e alguns documentos “escaparam”. Mas eles salvaram-se também, é bom lembrar, malgrado o desinteresse de setores da comunidade acadêmica, que, como se viu, desejavam também lançá-los ao fogo.

Tais arquivos guardam, de fato, memória incômoda para vários dos protagonistas, tanto para agentes da repressão e da administração universitária, como para militantes políticos e pessoas vigiadas. Evidentemente, as razões para o incômodo são diferentes. As pessoas que foram alvo das agências de segurança têm motivos distintos dos seus perseguidores para desejar a destruição dos arquivos: elas os consideram constrangedores pelas informações íntimas que contêm, assim como falsidades e outros registros que preferiam manter longe do olhar público.

Por isso, tanto maior a responsabilidade dos pesquisadores, que, animados pela convicção de que é do interesse da sociedade conhecer tais processos, se dedicam a compreender o funcionamento do aparato repressivo do regime militar. Os cuidados críticos tradi-

A

C

E

cionais ao fazer historiográfico – sobretudo a desconfiança em relação às fontes – são particularmente necessários aqui, assim como a observância

de princípios éticos. O tema é constrangedor para muitos, delicado, mas lançar-lhe um véu não é boa solução. Melhor enfrentá-lo.

N

O

T

A

S

1. DUCHEIN, Michel. *Les obstacles a l'accès, a l'utilisation et au transfer de l'information contenue dans les archives: une étude RAMP*. Paris: UNESCO, 1983.
2. Para uma análise mais detalhada do funcionamento das ASI universitárias ver MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os olhos do Regime Militar Brasileiro nos Campi. As Assessorias de Segurança e Informações das Universidades. *Topoi*. Rio de Janeiro, n.16, no prelo.
3. Na área universitária encontramos o uso das duas siglas, sendo que algumas Assessorias usaram os dois formatos em períodos diferentes. No período final do regime militar, porém, a denominação mais comumente usada era ASI.
4. Portaria n.10, BSB, 13/01/71.
5. Arquivo AESI/UnB, SB5.2.1-04. Arquivo Nacional – Coordenação Regional no Distrito Federal. (AN-COREG).
6. A expansão do sistema de informações foi influenciada também por lógica corporativa, pois o aumento do número de agências de informação significava maior número de postos a serem ocupados por quadros oriundos das Forças Armadas. Porém, essa hipótese fica enfraquecida em vista das informações disponíveis até o momento, apontando que nas Universidades o pessoal alocado nas ASI, na maioria, provinha do quadro das próprias instituições superiores.
7. Editado em 26 de fevereiro de 1969. Permitia, através de processo sumário, a expulsão de estudantes e a demissão de funcionários das universidades acusados de atos subversivos. A lei era tão draconiana que até a participação em passeatas não autorizadas poderia ser considerada ato passível de aplicação do decreto.
8. Regulamento para a Salvaguarda de Assuntos Sigilosos (RSAS), instituído pelo Decreto 60417, de 11 de março de 1967. Esse decreto substituiu norma legal anterior, que vigorava desde 1949 (decreto 27.583). Em 1977 o RSAS foi novamente alterado, com a edição do Decreto 79.099.
9. Arquivo AESI/UFGM, Caixa 7, maço 22. Biblioteca Central da UFGM.
10. A Associação de Docentes da USP (ADUSP) reuniu as informações que apareceram nesse contexto, além de material sobre os expurgos anteriores (em 1964 e 1969) e publicou *O Livro Negro da USP. O Controle Ideológico na Universidade* (2ª edição, 1979).
11. Informação nº 473/ASI/UFSM/78, 2 de agosto de 1978. ACE8233/84. Fundo SNI, AN-COREG.
12. A Agência Central (AC) do SNI estava acompanhando de perto o movimento. Informação nº 482/19/AC/79, 4 de outubro de 1979. ACE 2112/79. Fundo SNI, AN-COREG.
13. Informação nº 033/8605/79/10/DSI/MEC/79, 2 de julho de 1979. ACE 2614/79. Fundo SNI, AN-COREG.
14. Os estudantes de direito da UFSM, que em 1979 constituíram um Diretório Livre, também colocaram em sua pauta a extinção dos “órgãos de segurança das Universidades”, mas não parece que conseguiram maior repercussão. Informe nº 143/ASI/UFSM/79, 26 de outubro de 1979. ACE 845/79. Fundo SNI, AN-COREG.
15. O analista da Agência de Fortaleza (AFZ) do SNI que relatou o caso considerou infeliz a atuação do chefe da ASI/UFMA, pois seu empenho acabou atraindo atenção e má publi-

- cidade para a Assessoria, "cuja tendência naturalmente é estender-se aos demais Órgãos de Segurança e Informações do Governo". Informação nº 113/116/AFZ/79, 3 de julho de 1979. ACE 180/79. Fundo SNI, AN-COREG.
16. Informação nº 1066-E-B-E/2-IVEX. ACE 871/80. Fundo SNI, AN-COREG.
17. Encaminhamento nº 077/79/ASI/COSERN, 11 de outubro de 1979. ACE 871/80. Fundo SNI, AN-COREG.
18. Informação nº 212/S-102-A11-CIE, 9 de abril de 1980. ACE 7490/80. Fundo SNI, AN-COREG.
19. A sigla da ASI vinculada às Delegacias do MEC tinha duas variações: ou usava-se a sigla do Estado ou o número da divisão regional do ministério. Assim, no Ceará havia a ASI/DEMEC/CE, enquanto no Paraná ela se chamava ASI/DR-9 e na Bahia ASI/DR-8.
20. É curioso que os dois ofícios apareçam em pasta de 1986, com a anotação, sem assinatura: "Encaminhamento para implantação". Significaria isso apenas a data de entrada dos documentos no arquivo, ou pode-se conjecturar que a ASI/UFPR só foi de fato desativada em 1986? ACE 6501/86. Fundo SNI, AN-COREG.
21. A Agência Central do SNI fez uma ficha contendo outras ações do reitor consideradas inconvenientes, e enviou à DSI/MEC. Informação nº 248/19/AC/83, 22 de dezembro de 1983. ACE 37638/83. Fundo SNI, AN-COREG.
22. O número de *Veja* em questão saiu a 25 de junho de 1980. Informação nº 0005/320/ASV/80, 27 de junho de 1980. Fundo SNI, AN-COREG.
23. Significativamente, alguns anos depois (1986) a edificação usada por essa agência foi ocupada pelo movimento docente da universidade, que inaugurou festivamente a nova sede da Associação dos Professores Universitários da Bahia com a faixa: "O SNI não mora mais aqui".
24. Informação nº 0024/116/ASV/81, 13 de fevereiro de 1981. ACE 1381/81. Fundo SNI, AN-COREG.
25. Informe nº 0206/1361/81/20/DSI/MEC, 21 de julho de 1981. ACE 18774/81. Fundo SNI, AN-COREG.
26. Informe nº 138/82/20/DSI/MEC, 21 de setembro de 1982. ACE 28276/82. Fundo SNI, AN-COREG.
27. *Diário do Nordeste*, 29/08/86. ACE 59148/86. Fundo SNI, AN-COREG.
28. Informe nº 00458/140/AC/86, 29 de agosto de 1986 (produzido pela agência central do SNI com base em dados fornecidos pelo AFZ. ACE 58544/86. Fundo SNI, AN-COREG).
29. ACE 58944/86. Fundo SNI, AN-COREG.
30. Informe nº 1905/01/II/86-CI/DPF, 18 de dezembro de 1986 (produzido pelo Centro de Informações do Departamento de Polícia Federal). ACE 60333/87. Fundo SNI, AN-COREG.
31. *A UNE contra o SNI*. São Paulo: Alfa-Omega, 1987. Como se sabe, o SNI só seria extinto em 1990, substituído pela atual Agência Brasileira de Inteligência – ABIN. Do mesmo modo, as Divisões de Segurança e Informações dos Ministérios funcionaram até 1990, como a do MEC, e também as ASI das DEMECs. É interessante registrar que a "comunidade" continuou monitorando a repercussão do caso da UFC e as ações da UNE, inclusive obtendo informações detalhadas sobre a publicação do livro com alguns meses de antecedência, graças à diligência do serviço de inteligência da PM de Minas Gerais. Informe nº 095/87/SST3.2.6 /PM2, 05 de fevereiro de 1987. ACE 12815/87. Fundo SNI, AN-COREG.
32. Informe nº 1381/01/II/86-CI/DPF, 18 de setembro de 1986. ACE 73979/90. Fundo SNI, AN-COREG.
33. Informe nº 144/86/ASI-CST, 15 de setembro de 1986. Tratava-se da ASI da Companhia Siderúrgica de Tubarão, que pelo visto não se limitava a vigiar apenas a CST. ACE 26164/82. Fundo SNI, AN-COREG.
34. A informação, sem os números de registro habituais, continha apenas referência ao código B7J.1. Creio, embora sem ter ainda certeza, que se tratava de informe enviado por telegrama, e o código referia-se à Agência do SNI em Vitória. ACE 13665/86. Fundo SNI, AN-COREG.

35. Em Minas Gerais a polícia alegou ter incinerado o arquivo DOPS, porém, nos anos 1990, cópias em microfilme foram encontradas e encaminhadas ao Arquivo Público Mineiro. MOTTA, Rodrigo P. S. O ofício das sombras. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano XLII, n. 1, janeiro-junho de 2006. Belo Horizonte, APM, p. 52-67. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/O_oficio_das_sombras.PDF>.
36. Num dos documentos de análise sobre o episódio na UFC em 1986, aparece o seguinte comentário: "... na Universidade (Federal) do Amazonas e na Universidade de São Paulo, estudantes e demais representantes da comunidade movimentam-se para denunciar, até judicialmente, os responsáveis pela queima dos arquivos das extintas ASI". ACE 58944/86. O reitor da USP responsável pela incineração do arquivo confirmou o fato em entrevista à Revista da ADUSP (nº33, outubro de 2004, p.39).
37. Em reportagem publicada no jornal *Folha de Londrina* em 1986, o reitor anterior da UEL declarou ter desativado a AESI e mandado incinerar os documentos, em 1982. No momento da reportagem acabava de assumir novo Reitor que, duvidando das declarações de seu antecessor sobre a incineração tentou localizar os arquivos, sem sucesso. *Folha de Londrina*, 24/08/1986. ACE 6748/86. Fundo SNI, AN-COREG.
38. Reitor interino da UFPI, que assumiu em meados de 1984, pretendia incinerar os documentos da ASI, que tinha sido extinta anos antes. Informe nº 821 S/102-A4-CIE, 09 de julho de 1984. ACE 43651/84. Fundo SNI, AN-COREG.
39. Mais informações sobre o caso da UFMA serão apresentadas adiante.
40. O RSAS em sua versão de 1977 (Decreto 79.099) prescrevia normas para a destruição de documentos sigilosos. Em alguns casos era necessário lavrar um Termo de Destruição.
41. *Folha de Londrina*, 24/08/1986. ACE 6748/86. Fundo SNI, AN-COREG.
42. Informe nº 091/482/82/20/DSI/MEC, 22 de julho de 1982. ACE 26164/82. Fundo SNI, AN-COREG.
43. De acordo com o presidente do DCE: "As fichas que não forem procuradas pelos estudantes serão queimadas durante a manifestação". Essas informações, incluindo as declarações do líder estudantil foram publicadas nas edições de 28 e 29/08/86 do *Diário do Nordeste*. ACE 59148/86. Fundo SNI, AN-COREG.
44. As opiniões do professor Manoel Dias Galvão foram devidamente registradas por um órgão de informação da área em 12/08/86, provavelmente a agência local do SNI (código B5M). ACE 6551/86. Fundo SNI, AN-COREG.
45. ACE 73751/90. Em outro informe sobre a campanha de Ubiratan Teixeira para preservar os arquivos, um agente da agência do SNI em Fortaleza, também interessada no caso, registrou que era pouco provável haver ali documentos provenientes do SNI. ACE 4620/89. Fundo SNI, AN-COREG.
46. Ofício nº 1.544/GAB/DEMEC/MA, 15 de setembro de 1989. ACE 73751/90.
47. Os órgãos da comunidade, ainda preocupados em preservar seus segredos, acompanharam o processo de abertura do acervo da UFMG, e usaram a ASIMEC/MG, ainda ativa em fevereiro de 1990, para obter informações. Um dos informes produzidos pelo SNI sobre o caso contém a seguinte anotação: "O assunto já era do nosso conhecimento pelo canal da CI. Está sendo, inclusive, analisado para verificar as vulnerabilidades resultantes e, se for o caso, sugerir providências, visando minorá-las, o que, a priori, nos parece difícil". ACE 74101/90. Fundo SNI, AN-COREG.
48. ACE 78391/95. Fundo SNI, AN-COREG.
49. São elas: UnB, UFMG, UFSE, Unifesp, UFF e UFPA. No caso da UFSE e da UFPA, já se sabe que o volume de documentos é pequeno, provavelmente apenas o que sobrou do antigo arquivo. Quanto à Unifesp e à UFF não há certeza, pois ainda serão encaminhados ao Arquivo Nacional. Agradeço por essas informações a Viven Ishaq, historiadora do Arquivo Nacional. É bom ressaltar que, mesmo nos casos da UFMG e UnB, cujos acervos são mais expressivos, não há como garantir que os arquivos estejam íntegros; é possível ter havido alguma depuração de documentos mais comprometedores.